

As relações de gênero no processo político-organizativo
em um assentamento organizado pelo MST no sul de
Minas Gerais

Pedro Rosas Magrini¹

Maria de Lourdes Souza Oliveira²

Jacqueline Magalhães Alves³

Isla Karla Azevedo Pedro⁴

Inês Carolina Proença⁵

¹Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras na área de concentração: Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento – pemagrini@yahoo.com.br.

²Doutora em Ciências pelo CPDA/UFRRJ e professora do Departamento de Administração da Universidade Federal de Lavras – julinet@dae.ufla.br

³Doutora em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Lavras e professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras – jacque@ded.ufla.br

⁴Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Lavras – isla_azevedo@yahoo.com.br

⁵Graduanda em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras – inesufla@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar contribuições da participação de mulheres nos espaços público e privado de um assentamento organizado pelo MST, localizado no município de Guapé na região sul do estado de Minas Gerais. A proposta se justifica, pois a construção social de relações de gênero é afirmada e ratificada nas mais diversas esferas do cotidiano e produtiva, ou seja, criou-se uma ideologia de papéis de gênero esperados e socialmente aceitos acerca de como os homens e as mulheres devem agir e se comportar apropriadamente. Além disso, a divisão sexual do trabalho é cercada por relações de poder hierarquizadas, onde há valorização desigual do feminino frente ao masculino. A pesquisa qualitativa foi realizada com base em entrevistas semiestruturadas, grupos focais, análise de documentos e principalmente na observação participante. Como conclusão, percebemos uma expressiva atuação de mulheres na gestão do assentamento. No entanto, também são reproduzidos padrões relacionais fixos da ordem patriarcal de gênero, os quais naturalizam atribuições femininas e masculinas tradicionais, sobretudo no espaço doméstico onde as relações entre homens e mulheres ainda nos parecem desiguais.

Palavras-chave: *Relações de gênero, espaço público e privado e assentamentos rurais.*

Abstract

The goal of this paper is to identify contributions of women's participation in public and private spaces of a settlement organized by the MST, located in the municipality of Guapé in the southern state of Minas Gerais. The proposal is justified because the social construction of gender relations are affirmed and ratified in the most diverse productive spheres and the daily, so, they have created an ideology of gender roles expected and socially accepted about how men and women should act and behave appropriately, in addition, the sexual division of labor is surrounded by hierarchical power relations, where there is unequal valuation of women compared to men. The study was conducted based on semi-structured interviews, focus groups, document analysis, and mainly on participant observation. In conclusion, we perceive a significant presence of women in the management of the settlement. However, it also fixed relational patterns are reproduced patriarchal gender order, which naturalize male and female traditional roles, especially in the domestic domain where relations between men and women still seem to us unique.

Keywords: *Gender relations, private and public space and rural settlements.*

Introdução

Este trabalho, fruto de uma pesquisa de quase três anos que resultou em uma dissertação de mestrado⁶, teve como objetivo investigar relações de gênero nos espaços públicos e privados de um assentamento organizado pelo MST. A área em questão é o Assentamento Santo Dias, localizado na cidade de Guapé no sul de Minas Gerais.

Segundo Girardi (2008), no Brasil existem mais de sete mil assentamentos, englobando cerca de 900 mil famílias, sendo que grande parte se encontra no Norte do país. Em Minas Gerais a distribuição dos assentamentos rurais não é homogênea, uma vez que essas áreas se concentram nas regiões norte, nordeste e no triângulo mineiro. A região nordeste concentra o maior número de assentamentos, abrigando, juntamente com a região norte, 71% de todas as famílias assentadas em Minas Gerais, expressando, na grande maioria dos casos, lutas nas ocupações de áreas improdutivas ou uma articulação entre processos de ocupação e resistência de posseiros e colonos. Geralmente são áreas de cerrado, de ocupação capitalista mais recente, onde as ações de resistência de posseiros combinam com ocupações de terras devolutas improdutivas (FERREIRA NETO & DOULA, 2003). Já na região sul do estado o número de assentamentos é ínfimo, comparando-se com o restante das áreas.

Apesar de não se caracterizar, a princípio, como uma região conflituosa no âmbito rural no estado de Minas Gerais, devido a inúmeras características, sejam elas geográficas, sociais, ambientais e econômicas, a região sul de Minas apresenta especificidades, contradições e desigualdades como qualquer outra região. Em razão do padrão de utilização das terras, principalmente em áreas onde os imóveis passaram por processo falimentar, observa-se nos últimos dez anos, ainda que de forma isolada, a intensificação de conflitos fundiários.

⁶ Dissertação de mestrado *Cruzando Fronteiras Invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais*, apresentada por Pedro Rosas Magrini, primeiro autor deste artigo, em março de 2010 ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras.

Apesar de não ser uma *área prioritária*⁷ de luta pela terra, há forte presença do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como elemento de mediação de luta pela terra na região. Em apenas dois municípios há registros de organização de acampamentos e assentamentos do movimento. As cidades de Campo do Meio e Guapé concentram dez áreas de conflito agrário em seu território.

A primeira área de conflito do sul de Minas Gerais foi no município de Campo do Meio, às margens do lago de Furnas. O conflito agrário que se arrasta há mais de dez anos na cidade tem como foco de disputa duas áreas: a fazenda Jatobá que foi desapropriada em 1996, assentando 40 famílias, transformando-se, como o próprio nome já diz, no *Assentamento 1º do Sul*; e uma antiga usina de açúcar falida com mais de 6 mil hectares de terras ociosas desde 1983 (Universidade Federal de Viçosa, 2002). A Usina Ariadnópolis, com uma dívida trabalhista de mais de 180 milhões de reais ao governo federal, foi ocupada por mais de 280 famílias ligadas ao MST, formando nove acampamentos nas terras da ex-usina a partir de 1998, além de dois outros acampamentos ligados à FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais) e mais outro acampamento bandeira branca, com mais 100 famílias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2009).

A outra área em questão, onde se localiza o Assentamento Santo Dias, fica na cidade de Guapé, distante 75 km de Campo do Meio. O antigo distrito São Francisco de Aguapé, pertencente à comarca de Boa Esperança, em 1924, foi elevado a município passando a chamar-se Guapé, que é uma planta aquática conhecida também como "caminhos nas águas" que recobre a superfície dos lagos e rios com suas folhas, formando uma espécie de tapete verde (REZENDE, 2009).

A inserção dos pesquisadores na área em questão aconteceu no final do ano de 2006, com o início do projeto *Educação Pré-Cooperativista com agricultores e agricultoras de uma área de reforma agrária para a constituição de uma cooperativa popular*, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Lavras, e que visava basicamente realizar uma sensibilização em torno dos processos de cooperação agrícola com o intuito inicial de constituir uma cooperativa que

⁷ Heredia et al. (2008, p. 156) utilizam o termo "áreas prioritárias" referindo-se às estratégias do MST em regiões onde há maior concentração de terra.

viabilizasse a sustentabilidade econômica, visando organizar a produção e comercialização dos produtos oriundos da área.

No início dos trabalhos no assentamento, em meados de 2007, observamos algo interessante, que era a grande participação de mulheres como representantes dos núcleos de famílias e coordenadoras dos setores de organização interna. O processo de organização coletiva, caracterizado pela busca de horizontalidade, pode num certo sentido interferir nos diferentes papéis socialmente atribuídos às mulheres no âmbito rural, entre outras questões, pelo fato de estimular cotidianamente a participação das mulheres nas instâncias decisórias do assentamento. Essa visão inicial nos desafiou a compreender melhor essa questão.

Sendo organizado pelo MST, o assentamento tem incorporado a ideia de transformar as relações de gênero, abrindo espaços de participação da mulher, nas múltiplas instâncias de poder existentes em sua estrutura. Desde 1999 o MST definiu linhas políticas de ação em nível nacional com o objetivo de garantir a participação igualitária de mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e na gestão (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2006, p. 21).

Assim, do ponto de vista teórico, dois aspectos podem sustentar a importância deste trabalho. O primeiro refere-se ao debate sobre relações sociais de gênero, principalmente no que tange à desigualdade de poder. Observa-se ainda hoje, na condição feminina, que muitas mulheres não podem decidir suas vidas, não se constituem como sujeitos, não exercem o poder e, principalmente, não acumulam, mas reproduzem esse poder masculino, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o controlam. As relações sociais entre os homens e as mulheres – ou relações de gênero – são relações desiguais, assimétricas e mantêm a mulher subordinada ao homem. Hoje em dia uma das expressões dessa desigualdade de gênero é a defasagem de salários entre homens e mulheres; mais do que isso, alguns estudos feministas, segundo Lisboa (2002), apontam para o fenômeno da “feminização da pobreza”.

O segundo aspecto se deve a importância de se analisar os assentamentos rurais brasileiros. São novos espaços, onde tem sido

possível, mesmo contrariando previsões e expectativas, vivenciar novas relações sociais em torno da posse da terra, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho e relações de gênero mais igualitárias. Como o surgimento de novos assentamentos não tem se esgotado, acredita-se e anseia-se que ocorra o aumento do reconhecimento desses espaços, pois ainda há muito que se descobrir neles. A partir das reflexões teóricas desses dois temas, ainda marginais, pretendemos contribuir para a consolidação e ampliação desses enfoques.

Este artigo foi organizado em quatro partes, além dessa introdução. Na primeira, o referencial teórico está dividido em duas partes. Inicialmente é feito um debate sobre relações de gênero articulado ao debate de assentamentos rurais como espaços privilegiados para a participação de mulheres.

A segunda parte caracteriza a área de estudo de uma maneira ampliada, primeiramente acerca de assentamentos rurais na região sul de Minas. Posteriormente, apresentamos alguns resultados da pesquisa na compreensão de relações de gênero no assentamento, direcionando o foco para a participação de mulheres no espaço público do assentamento e logo depois no espaço doméstico. Logo após as considerações finais foram apresentadas e o trabalho se encerra com os referenciais bibliográficos utilizados.

Pressupostos teóricos

Para investigar relações de gênero nos espaços público e privado de um assentamento rural é necessária a utilização de referenciais teóricos coerentes que apoiem a compreensão da pesquisa. Nessa perspectiva, escolhemos como apoio teórico para essa compreensão um debate que perpassa em torno do conceito de relações de gênero articulado às discussões de assentamentos rurais como espaços privilegiados para essa reflexão.

Relações de gênero: da origem ao debate atual

Movimentos sociais populares são espaços privilegiados de mulheres como sujeitos políticos. No entanto, o debate de gênero se resignou durante muitos anos aos movimentos feministas, como único local de explicitação das relações de poder contidas nas relações de gênero. Só mais recentemente nos anos 1970, os movimentos sociais de caráter popular foram incorporando a categoria gênero e compreendidos como *lugares* de práticas de resistência a essas desigualdades de gênero. Para tanto, uma longa caminhada foi percorrida, para que a perspectiva de gênero fosse inserida nesses e em outros estudos. Assim sendo, pontuaremos alguns debates de gênero, entendendo que o conceito, segundo Saffioti (1992, p. 187), “deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais”. Ou seja, o caráter desigual nas relações de gênero está vinculado a várias dimensões da sociedade e as relações sociais que historicamente as constituem. Essas desigualdades foram e ainda são perceptíveis, tanto nas oportunidades do trabalho, quanto nos acessos a processos decisórios.

A relação social entre homens e mulheres tem sido abordada por diferentes estudos em vários campos das ciências através de diversas dicotomias hierarquizadas. Esta oposição tem revelado como as sociedades vivenciam e simbolizam o que é concebido como cultural ou natural, social ou biológico, razão ou emoção, produção ou reprodução, público ou privado, ativo ou passivo, corpo ou mente. De um lado, o homem, racional, ativo no espaço público, na produção da ciência e da cultura, provedor, universalizado na sua dominação. Do outro lado, a mulher é concebida como emotiva, frágil, voltada para a reprodução e cuidados com os filhos, dependente, sexualmente passiva, obediente e universalizada na sua opressão. Segundo Brym et al. (2006), essa concepção binária é uma característica do "essencialismo", postura que adota uma diferenciação entre os sexos como um reflexo da evolução de disposições naturais, ou seja, parte da “essência” da constituição biológica do ser humano.

Para Brym et al. (2006), essa desigualdade entre homens e mulheres existe há cerca de 6 mil anos e tem sido socialmente construída, influenciada pelo surgimento das guerras de longa distância e do

desenvolvimento da agricultura de arado. Antes disso o *status* e a autoridade eram iguais para ambos os sexos em grande parte das sociedades primitivas. Todavia, foi no século XIX, com o início da era industrial, que a divisão sexual do trabalho e a segregação sexual dos espaços se tornaram mais visíveis (BRYM et al., 2006). A atribuição das mulheres vinculou-se à esfera doméstica e a dos homens à esfera pública. Este fato nada “inventa” sobre o domínio masculino, mas reformula uma questão muito antiga. Segundo Perrot (1988), essa reformulação tem uma intensidade particular, na medida em que a revolução industrial vem acompanhada e mesmo apoiada numa definição mais estrita do público e do privado e dos papéis sexuais.

Criou-se, a partir de então, um imaginário naturalista na sociedade, revigorado nas descobertas da medicina e da biologia, que identificou as mulheres com a esfera privado-doméstica, entendida como um refúgio moral, diferentemente da esfera público-política, considerada amoral e perigosa (NADER, 2001). Esse processo de marginalização condicionou a esfera pública como uma esfera restrita ao homem, acentuando, segundo Perrot (1988), uma aparente racionalidade harmoniosa da divisão sexual do trabalho.

Apesar de naturalizada, essa condição tem sido amplamente questionada pelo feminismo. Várias reivindicações individualizadas e das mais diversas naturezas e, sobretudo, o surgimento de movimentos feministas marcaram profundamente a sociedade ocidental no último século, alterando o sentido da mulher na história e na sociedade. Amparando-nos pelas análises de Brym et al. (2006), podemos distinguir três momentos históricos fundamentais para essa análise: as primeiras reivindicações que emergiram no meio do século XIX; os movimentos feministas do final dos anos 1960; e, por último, os avanços conceituais surgidos nas últimas décadas, com a ampliação do debate de gênero.

O século XX foi marcado pela incorporação massiva da mulher no mercado de trabalho como sujeito histórico, no entanto, é importante frisar que as mulheres camponesas e/ou trabalhadoras rurais, pescadoras artesanais e das camadas mais pobres da classe trabalhadora urbana sempre trabalharam e produziram, mesmo informalmente. No século XIX várias reivindicações surgiram entre os anos 1840 e 1850. Eram espaços elitizados e que, segundo Nader (2001),

buscavam transformar as leis discriminatórias em uma igualdade formal legal entre homens e mulheres. O sufrágio feminino⁸, o divórcio, o direito à propriedade, à educação e à participação da mulher na política eram os principais pontos de luta de mulheres que pretendiam a igualdade social e política, sem, no entanto, naqueles momentos históricos, buscar transformar a vida privada familiar (NADER, 2001).

Foi a partir das duas Grandes Guerras que a condição feminina se transformou definitivamente no século XX. Foram eventos fundamentais de conclamação geral de mulheres, principalmente ocidentais, para entrarem no mercado de trabalho formal e informal, devido à escassez de mão de obra (NADER, 2001).

Na Primeira Guerra Mundial, principalmente na Europa, as mulheres substituíram os homens na maioria das funções produtivas, ocupando grande parte dos espaços deixados por eles. Esta situação logo se modificou e, com o fim da guerra e a volta de um grande contingente de homens, as mulheres foram expulsas do espaço “conquistado”. Segundo Nader (2001), esta experiência de luta causou uma transformação no comportamento da mulher, de caráter irreversível. Sobre a Primeira Guerra, especificamente, tendo assumido diferentes funções até então nitidamente masculinas, Thebaud *apud* Oliveira (2006), alerta para a natureza das mudanças de comportamento, alegando ter ocorrido “flexibilização de papéis de gênero” e não necessariamente mudanças de relações de gênero, com alterações de hierarquias e conquistas de igualdades de oportunidades, por exemplo.

Na Segunda Grande Guerra a mulher viu-se novamente incumbida de substituir a mão de obra masculina e ser substituída ao seu final. Contudo, muitas questões defendidas até então extrapolaram a questão política ou material para uma questão social. Muitas diferenças entre os sexos deixaram de ser consideradas exclusivamente no âmbito privado para dar lugar às questões públicas. Em 1949 foi publicada uma obra clássica e fundamental para compreensão das origens dos diferentes aspectos de subordinação da mulher na sociedade. No livro **O segundo sexo**, Beauvoir (1980) questionou a situação da mulher na sociedade, ressaltando seu papel submisso frente ao homem. Segundo Saffioti

⁸ No Brasil o sufrágio feminino foi regulamentado em 1934.

(2004), embora não tenha formulado o conceito de gênero, Simone de Beauvoir mostrou no decorrer de sua obra que só a palavra lhe faltava.

No final da década de 1960, começa a surgir uma segunda onda de movimentos feministas, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Eram espaços ainda da elite desses países e buscavam direitos iguais aos dos homens na educação e no emprego, a eliminação da violência sexual e direitos ao controle reprodutivo (BRYM et al., 2006). Foi a partir deste período que o termo *gênero* começou a ser usado para apoiar a compreensão sobre as diferenças sexuais. Segundo Saffioti (2004), ao contrário do que se pensa, não foi uma mulher que formulou o conceito de gênero. O primeiro estudioso a conceituar gênero foi Robert Stoller em 1968, mas só com o famoso artigo de Gayle Rubin, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex* (O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo) que em 1975 frutificaram estudos de gênero⁹.

Apesar do amadurecimento no debate do conceito de gênero, nas décadas de 1970 e 1980, muitas vezes, segundo Cappelle et al. (2007), a teoria feminista representava apenas os interesses de mulheres brancas, de classe média do “primeiro mundo”, criando estereótipos, ao separarem e sobreporem o feminino ao masculino. Cãlas e Smircich *apud* Cappelle et al. (2007), criticam a universalidade de questões de gênero levantadas pelas feministas do Primeiro Mundo, cujo caráter totalitário considera as “outras” mulheres como seres invisíveis. Grossi e Miguel *apud* Cappelle et al. (2007), também constata isso. Segundo eles, esse período foi marcado por estudos sobre a condição da mulher, numa perspectiva de isolamento do feminino.

Para Scott (1989, p. 33), as “preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só emergiram no fim do século XX”, quando a ideia se amplia e o conceito de gênero surge, então, como necessidade de relativizar o isolamento feminino, provocando uma dissociação da prática militante e da pesquisa. Esse processo, segundo Lisboa (2002), abriu espaço para os movimentos feministas, caracterizando a terceira

⁹ No Brasil o conceito se alastrou, apenas na década de 1990, com o artigo Gênero: uma categoria útil para análise histórica de Joan Scott (1989), apesar de estudos sobre mulheres serem datados desde a década de 1960 (SAFFIOTI, 2004).

onda, pela preocupação com a heterogeneidade da categoria “mulher” e a indissociável articulação desta com as desigualdades sociais e raciais.

No decorrer da década de 1980, o predomínio da posição universalista cedeu lugar à defesa de uma outra diferença: as diferenças entre mulheres (CARNEIRO, 2002). Segundo Soihet (1997) e Suárez (1999), é impossível se pensar em uma identidade comum ou uma ideia universal de “mulheres”, sem que esta esteja intimamente ligada a raça, classe, etnia e sexualidade.

O conceito de gênero de Joan Scott faz conexão entre duas preposições fundamentais, diferenças sexuais percebidas, representadas, normatizadas e poder. Por isso o debate sobre diferentes construções do feminino e masculino na sociedade, que permeia o conceito de gênero, denota nítidas relações de poder (PERROT, 1988; SCOTT, 1989; SOIHET, 1997; SUÁREZ, 1999; LISBOA, 2002; SAFFIOTI, 2004; OLIVEIRA, 2006; CAPPELLE et al., 2007).

Apesar do amadurecimento da compreensão do conceito de gênero e sua afirmação em alguns setores da sociedade, seu desconhecimento em muitos outros espaços é claro. Num certo sentido, ainda predomina a noção de que questões de gênero estão diretamente associadas a temas ou “assuntos de mulheres”. A tensão do conceito neste debate pode ser observada em espaços acadêmicos, no poder público e conseqüentemente nas diferentes instituições socializadoras, como escola, família e religião. A manutenção dessa noção do conceito, sem dúvida, reproduz e hierarquiza desigualdades de gênero, classe e raça/etnia.

Assentamentos rurais como espaço privilegiado para participação de mulheres

Observamos até o presente momento que as assimetrias de gênero são socialmente construídas e que não é muito adequado pressupor uma identidade feminina universal, seja da mulher rural ou urbana, pois, segundo Salvaro (2004), a divisão sexual do trabalho rural e urbano se articula no que se refere às desigualdades de gênero, (re)produzindo-se

em todas as esferas da vida humana. Contudo, nos atentaremos ao debate da mulher em assentamentos rurais, foco deste tópico.

O lugar dos indivíduos na estrutura familiar no âmbito rural define suas obrigações, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva, reforçando uma imagem de complementaridade, mas uma complementaridade hierarquizada entre marido, esposa, filhos e filhas (CARNEIRO, 2002). Essa hierarquização é demonstrada nas desigualdades de gênero no processo de herança, por exemplo, que consiste na transmissão do patrimônio entre os descendentes. Segundo Deere e León (2002), a herança é um dos principais meios de acesso à propriedade da terra, e os filhos varões (homens, machos), normalmente primogênitos, têm essa prioridade. Nesse contexto as mulheres acabam sendo excluídas da herança da terra ou do papel de sucessoras porque seu trabalho na agricultura é visto como uma extensão do papel de esposa e não são socialmente reconhecidas como capazes de chefiar o estabelecimento familiar.

Além da herança, outro fator que impede o acesso e o controle da terra às mulheres são as leis específicas que normatizavam o direito à propriedade da terra¹⁰. A partir da década de 1990 os principais códigos de direitos agrários na América Latina foram modificados, incluindo a igualdade de direitos para homens e mulheres. Entre os principais avanços em favor da equidade de gênero, estão as medidas que estipularam a distribuição e titulação conjunta da terra para casais, pois estabeleceu explicitamente que os direitos de propriedade são conferidos tanto para o homem quanto para a mulher que formem um casal, independentemente do fato de serem casados ou estarem em união consensual. Contudo, grande parte dessas novas leis ainda é formulada com linguagem sexista (DEERE e LEÓN, 2002).

Segundo Carneiro (2002), a “mulher rural” ocupa no processo produtivo agrícola, em geral, um papel que é tido como secundário tanto pelos homens como pelas próprias mulheres, denominado por Lechat (1996, p.

¹⁰No Brasil, no texto da Constituição de 1988, foi adotada a igualdade explícita de direitos à terra a homens e mulheres, no entanto, a titulação conjunta era uma opção apenas se solicitada pelo casal. Apenas em 2003, com a portaria do INCRA nº 981, a titulação conjunta de terras a assentados(as) da reforma agrária se tornou obrigatória.

103) de “mão de obra de reserva”. Essa posição, observada também no meio urbano, é expressa nas categorias “ajuda”, para as atividades desempenhadas pela mulher e “trabalho”, para as atividades desempenhadas pelo homem. A dimensão da invisibilidade que cerca o trabalho das mulheres no meio rural é observada, também, na própria distinção entre as denominações “agricultoras” raramente empregadas, e “esposa de agricultor”, muito mais comumente utilizadas, delimitando a posição da mulher na família. Nas poucas situações em que a mulher assume tarefas produtivas, normalmente em funções consideradas femininas, a remuneração sempre é inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos têm remunerações distintas.

Alguns aspectos dessas desigualdades foram identificados em estudo realizado na década de 1980 por Paulilo (1987), que fez a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” no âmbito rural em vários municípios do Sul e do Nordeste do país. Sua conclusão foi enfática: regiões distintas, culturas diferentes, com um traço em comum: o trabalho que é “leve” tem remuneração baixa, não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar, ou seja, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão de obra feminina e infantil e “pesadas” as atividades realizadas por homens.

A situação das mulheres agricultoras é muito específica, pois ela faz parte de uma unidade familiar onde produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único (LECHAT, 1996). À medida que esta organização se modifica, com vistas ao trabalho coletivo em um assentamento de reforma agrária, por exemplo, não só o trabalho e sua representação podem se modificar, mas também as relações hierárquicas e de poder.

Segundo Oliveira (2006), os assentamentos de reforma agrária constituem novos espaços de organização socioeconômica do meio rural, onde a população envolvida na reforma agrária luta por um projeto de vida e não somente pela sobrevivência. Pensando nos assentamentos como “mosaicos sociais” intrincados de arranjos organizados no espaço da produção e da reprodução (SILVA *apud* OLIVEIRA, 2006), sabemos que as relações sociais permeiam vários espaços de tensão, de

resistência, de acomodação e de conflito em que diferenças tradicionais de gênero podem ser modificadas, transformadas e/ou reproduzidas.

Para Carneiro (2002), essa situação tem se modificado consideravelmente, principalmente onde o exercício de atividades não agrícolas pela mulher assume uma importância cada vez maior na manutenção de famílias agrícolas, por exemplo, pela geração de renda, o que tem apontado para construção de possibilidade de relações mais igualitárias entre marido e mulher.

Vários estudos recentes têm comprovado a possibilidade de mudanças de relações de gênero desiguais em assentamentos de reforma agrária de todo país. Cappellin e Castro (1997, p. 113-114), em estudo realizado em três assentamentos do Brasil, analisaram diversas contribuições, segundo a expressão das autoras, de *mulheres/trabalhadoras* em momentos do cotidiano produtivo e da vida no interior das famílias. Elas adotam três categorias de análise: o fazer, o pensar e o decidir, onde “atuar nas atividades agrícolas nos lotes e realizar os afazeres domésticos são expressões do fazer”; “contribuir diretamente na elaboração do projeto produtivo e do futuro do lote e da unidade doméstica são expressões do pensar”; e “participar das tomadas de decisão no que diz respeito à administração e ao planejamento econômico dos lotes, assim como nos projetos familiares, são expressões do decidir”.

Ao confrontar os assentamentos estudados elas concluíram que, apesar de serem três realidades distintas, as três categorias apresentaram grande participação de mulheres, sobretudo no fazer e pensar, mostrando desigualdade, ainda, no decidir.

Em outro estudo realizado em assentamentos rurais por Rua e Abramovay (2000), identificou-se o fundamental papel de mulheres na luta pela terra, sobretudo dentro dos acampamentos. Elas aparecem lutando de forma igualitária em todo processo de mobilização, sofrendo junto com os homens as agressões da polícia. Em certos momentos tiveram uma atuação mais corajosa do que os homens, contudo, após a conquista da terra, já vivendo nos assentamentos, sua participação nos espaços públicos e nas instâncias de decisão reduziu drasticamente. Diversos fatores contribuíram para esta situação, entre eles: o cuidado de filhos, da casa, ou até mesmo por serem impedidas por seus maridos.

As mulheres foram assumindo mais o espaço doméstico, deixando de ter uma participação mais ativa nas assembleias e outras instâncias dos assentamentos. Outras vezes, as próprias mulheres se acomodaram por considerar ter alcançado o objetivo com a posse legal da terra.

Além dos estudos citados, vários outros (LECHAT, 1996; SALVARO, 2004; OLIVEIRA, 2006) buscaram compreender as relações de gênero dentro do espaço rural, sobretudo em assentamentos rurais. Com resultados diversos e debates amplos todos mostraram avanços e retrocessos na discussão, concluindo que na ordem patriarcal de gênero as relações sociais entre homens e mulheres são desiguais, hierárquicas, de poder, daí a dominação, exploração, opressão. Quais poderiam ser então as explicações?

Caminhos da pesquisa

Compreender relações de gênero dentro de um assentamento organizado pelo MST foi o tema desencadeador desta pesquisa. Para isso consideramos que o método e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser vistos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, mas atreladas ao tema e à posição teórica dos pesquisadores. Segundo Alencar (1999), a metodologia é o modo de o pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido, estando esse procedimento condicionado à sua concepção de realidade.

Esse estudo de natureza empírico-descritiva, centrado nas falas dos agentes caracterizou-se por seu caráter qualitativo, onde um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado de forma integrada (GODOY, 1995).

A observação foi um método de extrema importância na pesquisa e constitui um momento chave do trabalho. Segundo Alencar (1999), os métodos de observação podem ser divididos em duas categorias: a observação “participante” e a observação “não participante”. Utilizamos a primeira, que consiste na participação do pesquisador no cenário social em questão, ou seja, o pesquisador se junta ao grupo estudado,

sendo observador e, ao mesmo tempo, uma das pessoas observadas. Assim, fizemos uma primeira vivência¹¹ dentro do assentamento que visou à escolha de informantes-chave e levantamento de dados secundários. As atividades acompanhadas durante o período de 11 a 15 de maio de 2009 incluíram atividades domésticas variadas, ordenha e manejo de animais, lavoura, horta, ciranda infantil, aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), reuniões, planejamentos, místicas, das quais foram feitos registros fotográficos, audiovisuais e registros em diário de campo. Convivemos toda a semana junto aos assentados para observar suas rotinas de vida e principalmente, a forma como se organizam. O período foi propositalmente escolhido, pois se tratava da “semana de reuniões” do assentamento, ocasião que acontece a cada 15 dias no qual todas as *divisões político-organizativas* se reúnem para fazer, pensar e decidir os rumos da área. Foi possível ampliar olhares acerca da realidade em um assentamento organizado pelo MST. Esse fato é explicado por Alencar (1999), que afirma que a observação é o método que melhor capta as ações em desenvolvimento, proporcionando ao pesquisador meios para apreender a noção de processo na vida social.

Para desenvolver e aprofundar as observações foram necessários métodos complementares, como entrevistas, grupos focais e análise de documentos. Foi imprescindível a realização de mais uma ida à área, entre os dias 13 e 15 de agosto de 2009. Nesse período foram realizadas 10 entrevistas com assentados e assentadas e um grupo focal com nove mulheres residentes da área.

As entrevistas realizadas foram abertas e gravadas, seguindo uma dinâmica descontraída quanto à presença dos pesquisadores e ao uso do gravador. Grande parte ocorreu na casa dos entrevistados, ou em seu entorno, tendo como pano de fundo, muitas vezes, as vozes das crianças e os barulhos de animais. Os tempos de duração de cada entrevista variaram de acordo com as peculiaridades de cada momento e de cada informante. A partir do roteiro de entrevistas, os informantes relataram suas trajetórias de vida até os dias atuais. As relações de trabalho que constituem o cotidiano do assentamento foram sendo tramadas pelos informantes a partir dos vários fios de sua história de vida anterior. Essa forma como os relatos foram sendo construídos contribuiu para

¹¹ O autor utiliza o termo “vivência” para as atividades de campo na pesquisa.

compreender um pouco as várias relações sociais pelas quais esses sujeitos foram e estão se constituindo, o que possibilitou também conhecer alguns dos motivos implicados na escolha de assentados pelos “sem-terra”.

Expandindo as informações até então adquiridas e para que houvesse um cruzamento e aprofundamento de informações com as entrevistas, foi realizado um grupo focal, que segundo Malhotra (2001) representa espaços realizados por um moderador treinado, de forma não estruturada e natural, com um pequeno grupo de respondentes. Ainda segundo o autor, o principal objetivo do grupo focal é obter uma visão aprofundada, ouvindo um grupo de pessoas falarem sobre problemas de interesse do pesquisador.

As atividades foram exercidas de acordo com a conveniência dos assentados e dos pesquisadores devido à dinâmica do ambiente rural pesquisado. O grupo focal foi realizado no dia 15 de agosto de 2009 e teve a participação exclusiva de mulheres¹². Após a autorização da filmagem e uma breve saudação de agradecimento aos presentes, apresentamos os objetivos do grupo focal e iniciamos uma rápida apresentação individual. Como exposto anteriormente nove mulheres compartilharam o espaço conosco, além de crianças que na maioria das vezes eram filhos e netos das participantes.

Neste estudo, também utilizamos a pesquisa documental, que é uma técnica que complementa informações obtidas em outras fontes. A pesquisa foi ampla e diversos documentos do assentamento foram analisados. As principais fontes utilizadas são oriundas de relatórios de projetos anteriormente desenvolvidos, como o do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPPEcos) de 2006, e documentos parciais do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), além de projetos de financiamentos e atas de reuniões. Foram utilizados, também, documentos internos elaborados pelo Movimento. Dentre a literatura

¹² O espaço teve o apoio de duas pessoas do projeto “Um olhar em casa e outro no Assentamento: relações de gênero e étnico raciais desafiando processos de empoderamento”, a professora do DAE/UFLA, Maria de Lourdes Souza Oliveira, coordenadora do projeto e orientadora do pesquisador, e a estudante de graduação em administração da UFLA, Isla Karla Azevedo Pedro, bolsista da pesquisa.

produzida pelo MST, pode-se definir aquela orientada para a organização e formação interna (como os cadernos de formação, os documentos produzidos pela direção e as cartilhas) e aquela voltada para a “propaganda externa” ou mobilização, seja em forma de cartilhas e livros ou em consulta à página eletrônica do MST. Além dessa gama de documentos, foi realizada uma profunda revisão em todo o conteúdo do material que serviu de base para o relatório do DRPE¹³ (Diagnóstico Rápido e Participativo e Emancipador) realizado na área.

Por fim, a análise qualitativa de conteúdo contribuiu como procedimento científico de legitimação e teve como objetivo atingir uma significação profunda dos dados. Segundo Laville e Dionne (1999), essa abordagem conserva a forma literal dos dados, preservando as nuances de sentido captadas na investigação. Para realizá-la, focamos em comportamentos de gênero, identificando contribuições específicas tanto nas atividades produtivas quanto na reprodução da família. Este procedimento permitiu observar a forma como se reproduzem as desigualdades e as conquistas nas divisões político-organizativas e no espaço.

O assentamento como espaço público

[as mulheres] têm um papel muito importante, eu acho, tem uma demanda uma coisa que se tem pra qualquer lugar pra qualquer que ir ela já sai com uma lista na mão, sai convidando, têm tal coisa tal dia e aquilo dali anda (Assentado).

As palavras de um assentado demonstram de forma clara a percepção da atuação de mulheres em diversas atividades no assentamento Santo Dias. Em seu depoimento ele está se referindo ao trabalho de mulheres

¹³ Trata-se de uma metodologia composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em pequeno espaço de tempo. Constitui um instrumento de diagnóstico e avaliação que privilegia a interação dialógica entre técnicos e assentados, a fim de identificar problemas, suas causas e possíveis soluções (PEREIRA e LITTLE, 2000).

fora de suas casas, no espaço público, tendo o papel de organizadoras de atividades coletivas.

Denominamos divisões político-organizativas – DPO (HEREDIA et al., 2008) as instâncias gestoras do assentamento Santo Dias, compostas basicamente pelos núcleos de famílias, setores de organização interna e pela associação de assentados, cada uma delas com seus respectivos coordenadores. Essas instâncias seguem linhas políticas de gênero determinadas pelo MST, principalmente na composição equitativa por sexo (50% de participação de homens e 50% de mulheres), inclusive nas coordenações.

Serão apresentadas separadamente cada uma destas divisões e as descobertas da pesquisa quanto ao comportamento de gênero em cada um destes espaços. No que se refere aos setores de organização interna, podemos destacar três deles: educação, saúde e produção¹⁴.

O Setor de Educação é responsável pelo contato com a Secretaria de Educação do município e com as escolas próximas, garantindo o acesso das crianças e dos jovens ao ensino e transporte público. Além disso, organiza oficinas educativas e coordena a EJA. O Setor de Saúde é responsável pela orientação e coordenação de atividades referentes ao plantio e processamento das plantas medicinais e dos fitoterápicos. O Setor de Produção é responsável pela coordenação dos trabalhos coletivos que são desenvolvidos no assentamento, sendo atualmente os que se referem à horta comunitária, viveiro agroflorestal, apicultura, organização dos pastos, reflorestamento e produção agrícola de maneira geral.

A composição por sexo nos setores do assentamento não só é equitativa como também majoritariamente pendente para o lado das mulheres. Há evidências de que as mulheres, na sua maioria, participam e representam os setores que historicamente são considerados como espaços “femininos”, constatando-se a sua presença maior nos setores de educação e saúde, por exemplo.

¹⁴ Segundo assentados são os principais setores do assentamento.

[Setor de Educação] tem mais mulher, só tem um homem. Ele e uma assentada são cadastrados e o resto é colaborador. A mulher tem mais aquele jeito, tem mais paciência (Assentada).

[Sobre a participação no Setor de Saúde] agora ta meio fraca, nós ta tendo cinco firme. Eu com mais quatro mulheres [e justifica a pouca participação dos homens]. Pode ser a panha do café. Ultimamente eles não estão querendo não. Eu acho que não tem nada a ver (Assentado).

No que diz respeito às coordenações do assentamento, a atuação de mulheres é destacada em todas as instâncias. As coordenações, em todos os casos, são compostas por um homem e uma mulher e, apesar de haver homens, o desempenho destacado é das mulheres que se sobressaem como lideranças.

Ou seja, entendemos que, talvez, as atividades do assentamento como um todo, quando não são atividades familiares, mas sim coletivas são de maior interesse de mulheres. Os homens parecem se envolver mais em atividades de produção familiar, como relatado por um assentado: “[...] os homens se envolvem mais no trabalho, as mulheres tudo interessa e se uma interessa a outra encaminha”.

Um fator determinante para possibilitar a efetiva participação da família, principalmente da mulher, nesses espaços é a realização da *Ciranda infantil*, que é um espaço educativo para crianças dos assentamentos e acampamentos do MST. Tem o intuito principal de promover uma forma de educação básica, recreação e reforço escolar que contribua para o aprendizado dos mesmos.

No que se refere, principalmente, à questão de gênero dentro da estrutura do MST, existe o Setor de Gênero cujo objetivo é apoiar a discussão nos acampamentos, assentamentos e em todo o MST de temas ligados à questão de gênero, como por exemplo a participação da mulher nas diversas instâncias do Movimento.

[...] desde que a gente entra pra dentro do Movimento a gente conversa [sobre gênero], já fala que tudo é igual, tem que ser igual, só que tem uns que acho que não se adaptou com isso não (Grupo Focal).

Verifica-se que não há atividades de formação sobre o tema gênero e o assunto ainda aparece como algo que diz respeito apenas às mulheres, mesmo que o discurso seja o contrário.

[...] a nível estadual a gente [MST] tenta puxar esse trabalho no setor de gênero, mas aqui na região sul a gente tem dificuldade de trabalhar esse setor. Aqui no nosso assentamento, por exemplo, nem existe o setor de gênero, a gente não sabe como trabalhar ele (Grupo Focal).

O Setor de Gênero, que teoricamente teria o papel de estimular e criar condições para o avanço do tema, não existe na área. Até meados de 2007, sua constituição era apenas formal, sendo denominado Setor de Formação e Gênero. Suas atividades eram completamente diferentes da sua proposição inicial.

Às vezes tem uma atividade atrapalhada e tem que chegar. Ainda tinha um outro setor que nós trabalhava nele, o Setor de Gênero, fala gênero, mas é a disciplina. Pra não fala disciplina falava gênero. Aí participava, eu, a Carla, a Márcia e o Felipe, mas tava ficando feio porque parecia, às vezes dava problema, nós ia chegar na pessoa acabava, teve uns que até brigou mesmo com a gente. Aí a gente propôs pra eles pra acaba com esse Setor, aí se precisa de disciplina nois leva lá na coordenação. Porque lá tem mais força né. Aí pra num fica só pra quatro. Às vezes você faz uma coisa errada, eu chego no cê e você apela comigo, mas nós é pouquinho aí fica ruim. Agora lá não, lá tem muita gente pra discuti (Assentado).

Há inúmeras dificuldades no avanço do debate de gênero devido, entre outras questões, à falta de materiais didáticos e espaços que fortaleçam a discussão. Reforça-se também a naturalização de relações de gênero desiguais, tratada muitas vezes como uma divisão social de trabalho.

Apesar de ter havido algumas tentativas de construir espaços de reflexão do tema e até a formação de um grupo de mulheres, poucos avanços foram percebidos na área.

[...] eu até tentei puxar uma vez a organização das mulheres, a gente chegou a tirar a coordenação. As mulheres, de início, tiveram um bom debate, teve sonhos de trabalhar artesanato, mas a gente não conseguiu avanço, o máximo que a gente conseguiu, foi muito legal, quando a gente iniciou isso, tava chegando umas companheiras de São Paulo, Campinas, e como eu já conhecia a área, eu fiz o convite para elas, para a gente conhece e busca os coqueirinhos para a gente fazer vassouras, pra a gente começa dali a renda pra começo. A gente conseguiu nesse grupinho fazer oito vassouras e aqui dentro da área mesmo, nois conseguiu vende, mas nois num teve avanço, num foi adiante (Grupo Focal).

Observou-se, até o presente momento, que inúmeras mulheres eram muito independentes e assumiram funções anteriormente ocupadas pelos homens. Essa atuação, mesmo se mostrando destacada na assunção de tarefas coletivas do processo de gestão do assentamento, indica, além das conquistas, uma flexibilização de papéis de gênero (THEBAUD *apud* OLIVEIRA, 2006) devido à atuação de homens, muitas vezes por opção, exclusivamente no trabalho produtivo. Portanto, não podemos dizer que se reflete em transformação de relações de gênero mais igualitárias.

O ambiente doméstico como espaço privado

Nas atividades realizadas ao longo de quase três anos no Assentamento Santo Dias, convivemos com diversas pessoas no cotidiano familiar, incluindo atividades domésticas variadas, seja nas refeições, pernoites e principalmente em conversas informais nas moradias. Esses momentos, juntamente com as informações obtidas nas técnicas empregadas na pesquisa, foram fundamentais em nossa análise do que chamamos de espaço privado e/ou doméstico, referindo-se a relações de gênero.

No cotidiano familiar a divisão do trabalho parece permanecer com assimetrias de gênero, onde as rotinas de homens e mulheres refletem bem uma divisão sexual do trabalho. A rotina diária¹⁵ de uma das assentadas demonstra bem o padrão das atividades de uma mulher no assentamento, seja no espaço doméstico ou nas atividades coletivas.

Levanto às 6 da manhã, côo o café, dou café para as meninas e elas vão para a escola. Depois começo a tratar da criação [galinha e porco]; lavo a roupa, e nesse meio tempo o companheiro está trabalhando na roça ou nos coletivos. Às vezes eu ajudo na roça também, na “carpina”. Às 11 horas o almoço está pronto, aí as crianças voltam da escola. Na parte da tarde elas ajudam no viveiro de mudas coletivo. Estou aprendendo a bordar, do tipo ponto cruz – a Mariana é quem está puxando isto no assentamento – e pratico bordado depois do almoço. Durante a tarde, trabalho na horta coletiva, os homens ajudam, mas são mais as mulheres quem trabalham lá. Vindo da horta já começo a fazer a janta, dou banho nas minhas filhas. De 15 em 15 dias tem reuniões. Do setor de saúde, que eu faço parte, é nas segundas-feiras, as terças-feiras de coordenação e quarta-feira os núcleos. As reuniões vão das 6 da tarde às 10 da noite. Depois da reunião, durmo (Assentada).

¹⁵ A rotina diária é uma técnica do DRPE que nos proporciona compreender o cotidiano de assentados e assentadas em um dia de trabalho no espaço público e privado.

Essa rotina diária reflete um padrão geral de mulheres do assentamento. Ela será utilizada para a apresentação de nossos argumentos acerca do trabalho no espaço doméstico. Um aspecto que nos chamou atenção é a diversidade de atividades da assentada, em contraponto com a maioria dos homens que dedica seu tempo prioritariamente às atividades agrícolas.

Mesmo diante do fato de a mulher atuar em todas as atividades do campo, os discursos de ambos os sexos permanecem caracterizando o trabalho feminino como ajuda. Como percebemos em relatos de assentadas, as responsabilidades das atividades econômicas são sempre responsabilidades masculinas: “[...] na roça eu contribuo, dentro de casa é meio complicado [...], aqui é assim, a maioria das mulher contribui na roça”; “Às vezes eu ajudo na roça também, na carpina”.

Esses relatos não são exclusivos dessas assentadas. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família, levando a uma subestimação, pelas próprias mulheres da jornada dedicada à atividade agropecuária, o que contribui para a invisibilidade do seu trabalho.

[...] eu na verdade me sinto melhor trabalhando na roça do que em casa, graças a deus [...] às vezes a gente passava necessidade quando eu tinha que ajuda o companheiro na roça, eu tinha muito medo de ter que enfrenta um serviço de empregada doméstica, então eu prefiro a roça (Grupo Focal).

No que diz respeito ao trabalho doméstico, as atividades parecem ser exclusivamente das mulheres: “[...] lá em casa é difícil, dentro de casa sou eu”, “[...] pra fora é ele, alimentação, horta e no geral, limpeza e arrumação é eu”.

O trabalho doméstico tem fases tão intensas que sobrecarregam e impedem que a mulher possa fazer outras atividades fora do espaço doméstico.

Era muita gente na casa, meus menino mais novo estudava, era os outro tudo trabalhando e muita chuva e ia aduba café na fazenda e chegava, a hora que chagava, tirava as roupa, ia no banheiro [...] essa época eu não tinha tanquinho, era tudo na mão, era escovando roupa o dia todo e costurando, tinha vez que eles trocava até três vezes na semana, quatro, três, quatro vezes, e era seis homem trabalhando [...] eu não dava conta de trabalhara no café, eu tinha vontade de ir pra aprender (Assentada).

O discurso dos assentados e assentadas enfatiza que ambos podem cuidar dos filhos, mas que certas tarefas cabem “naturalmente” à mulher, supondo que trabalham menos que os homens, como relatado por uma assentada: “[Sobre o cuidado com os filhos] é mais as mães mesmo [...] meu marido quase não para dentro de casa, e o pior que os menino tem mais medo, mais respeito dele que comigo”.

Isso não impede entre as mulheres assentadas que haja críticas à falta de participação mais ativa dos homens na vida familiar, principalmente no cuidado com as crianças.

O meu mesmo [marido] eu acho ele um pouco até machista, ele não se envolve com o serviço [...] meio que separa o serviço [...] às vezes eu penso que não é machismo, é folgado mesmo [...] mas às vezes é implicância minha, às vezes (Grupo Focal).

Já vi muito homem chama a mulher de patroa [...] chato né? Se reconhecida assim pelo companheiro da gente como patroa. Quando a gente pensa no casamento a gente não queria se patroa, queria ser companheira, mas infelizmente ainda existe muito isso (Grupo Focal).

Muitas delas demonstram preferir as atividades da roça ao trabalho doméstico.

Eu acho que o serviço de casa é todo dia aquela mesma coisa, todo dia você tem que levanta, arruma café pras crianças, arrumar louça pra lavar, uma roupa pra lavar é isso aquilo, é o dia inteiro, você não descansa, entendeu? E na roça não, não todo dia aquela mesma coisa [...] não é cansativo é castigante [trabalhar em casa] [...] num lugar fechado[...] você vive em uma cidade grande v cê já vive fechado, aí quando você vem pra roça você quer desbravar tudo” (Grupo Focal).

Como a gente tá plantando agora, eu prefiro a roça. É que eu não posso ir todo dia, porque ele vai de moto e eu não gosto de moto, mas quando a gente vai, já carpi café, mexe com horta. Se eu pudesse eu não faria serviço de casa, queria ficar só na roça. É só nois dois, mas mesmo assim eu preferia chegar em casa e ta tudo pronto [risadas] e só ir pra roça. Não sei se é porque a gente trabalhou muito no hospital, morou dentro dele, e tinha que chegar em casa, tinha que lava roupa (Grupo Focal).

Contudo, há casos em que as tarefas domésticas são divididas entre o casal.

No começo quando nois tava criando nossos filhos, que nois temo quatro, meu marido me auxiliava muito em casa, quando as crianças era pequena ele praticamente assumia as tarefa de casa. Agora tão tudo [os filhos] moço ele descansa um pouquinho, mas a gente ainda consegue fazer essa troca de ajuda, eu ajudo ele no servicinho da roça, mas ele também consegue me ajuda em casa, no cuidado com as criação que a gente tem, porco, galinha, o trabalho são meio que dividido, a gente consegue faze isso junto (Grupo Focal).

No que diz respeito à organização de recursos da família, observamos em algumas questões como Cappellin e Castro (1997), fizeram em estudos feitos em assentamentos do Brasil focalizando processos de fazer, pensar e decidir.

O *fazer* apareceu com a forte participação de mulheres nas mais diversas tarefas.

[...] nem qualquer [tipo de trabalho], eu, por exemplo, o que eu nunca ajudei o meu marido fazer e roçada de pasto, isso eu nunca tentei, nunca fiz não, mas das outras coisas eu já fiz de tudo um pouco, até porque eu tive que aprender logo cedo [...] meu pai preciso ajuda nois a ajuda ele, porque o primeiro filho dele veio homem e veio um só depois foi vindo só mulher, mulher, mulher. Aí eu tive que aprender pra ta ajudando ele também. E isso foi muito bom, que pelo menos eu me livreii dessa rotina de que menina mulher foi criada para cuidar da casa, eu pelo menos não peguei essa parte. Faço de tudo, graças a Deus, desde do serviço de casa, algumas produção de alimentação, tipo farinha, mandioca, milho, essas coisa (Grupo Focal).

O *pensar* reflete opiniões sobre como o lote está se desenvolvendo, como deveriam ser aplicados os recursos e qual o tipo de produção a ser desenvolvida. A maioria das mulheres demonstrou ter estas preocupações.

[Vocês já começaram a plantar?] Não, eu não no meu lote ainda. Não porque o meu lote fica no alto então a dificuldade da água é um pouco difícil. Então é assim, eu tenho um objetivo diferente, eu penso diferente, antes de começar a plantar eu quero primeiro cercar, então a gente precisa ter um rumo certo, pelo menos a cerca [por causa do gado] (Assentada).

O *decidir* faz referência a como marido e mulher tomam as decisões sobre o destino do núcleo doméstico, da produção familiar e das perspectivas de investimentos para o futuro. Como confirma a literatura, encontramos uma diversidade de relações. As situações vão desde as mulheres que afirmam não participar das decisões, passando por aquelas que afirmaram decidir tudo conjuntamente, por aquelas que apontam que “a palavra final era dele” ou até por aquelas que de fato gerenciam os lotes deixando à responsabilidade dos homens a formação da renda provinda dos trabalhos externos aos assentamentos.

[Vocês vendem alguma coisa para fora?] Ainda não, ele [o marido] vendeu, esse ano vendeu uns 10 sacos de arroz, deu pra vender um pouco e o ano passado ele vendeu 2 sacos de feijão mas não foi bem do gasto nosso não, foi do coletivo, depois que ele pegou do coletivo ele vendeu [...] aí nós vendemos dois sacos de feijão e o outro deu pra passar o ano o que nós colhemos e ali fora a acho que tem da colheita do ano passado. E fora é um pouquinho de amendoim, só que é um pouquinho, a planta muito, um pouquinho de milho de pipoca e o arroz planta bastante, só que esse ano ele não entrou no coletivo, esse ano é da colheita nossa mesmo, ele colheu 24 volumes de arroz, aí ele vendeu 10 sacos (Assentada).

[...] eu tenho um cavalo e um potro e tenho 13 cabeças de gado, entre bezerro e gado adulto. Você quer saber de porco? [perguntou para mim]. Minha porca pariu 10 leitões [...] Mando matar porco, mando fazer tudo, porque ele [o marido] não se intromete na minha vida. É eu que to aqui, inclusive eu sou da Associação também. Eu sou uma das fiscais da Associação, então o que eu decidi tá decidido (Assentada).

Um fato que pode contribuir para uma maior igualdade no espaço doméstico, no que se refere à tomada de decisão, é a obrigatoriedade da titulação conjunta do lote. Segundo Deere e León (2002), isso reforça a

igualdade de gênero na administração doméstica, servindo para reforçar o princípio de que ambos os cônjuges representam a família e podem administrar a propriedade.

O Brasil foi um dos países pioneiros na América Latina na instituição de distribuição e titulação de terras para casais, contudo, tal medida não mostrou ser eficaz, pois até 2003 não havia obrigatoriedade da lei, sendo a distribuição uma opção do casal. O MST adotou em 1999 a obrigatoriedade da titulação conjunta de terras nos assentamentos ligados ao movimento.

No Assentamento Santo Dias o assunto parece estar bastante difundido e a maior parte das famílias tem a titulação com o nome do homem e da mulher, nos casos onde a família é do tipo nuclear. Na prática alguns depoimentos sinalizam que no Santo Dias as mulheres assinam antes do que os homens.

É o nome da mulher primeiro, aí ele assina, porque se eu [mulher] não tiver aqui e vim o CCU [Contrato de Concessão de Uso], ele não assina, mesmo tando o nome dele lá, se eu não assina primeiro ele não assina, então basicamente é no nome da mulher. Para não ter aquele negócio de é meu. E a mulher é um pouco mais cabeça, não to dizendo que o homem não seja, mas eu acho que ela é mais segura. Ela é mais segura com as coisa, o homem, ele não pensa duas vezes (Assentada).

Ao analisar cuidadosamente todas as informações percebemos que as atividades das mulheres têm um peso significativo nas atividades produtivas da família. Contudo, nos parece que esse peso caracteriza-se como tripla jornada de trabalho, na medida em que a mulher se responsabiliza pelas atividades domésticas, que englobam: o cuidar da casa, das crianças, da produção em torno da casa; o ajudar na produção familiar; e o auxiliar na gestão do assentamento, em atividades de setores e núcleos.

Alguns apontamentos

Certamente, seria inviável resumir aqui todas as reflexões e análises produzidas ao longo de três anos de convivência no Assentamento Santo Dias. Isso foi feito e apresentado de forma sintética no decorrer deste trabalho, até porque muitas foram as questões que surgiram durante a construção deste estudo e no desenvolvimento de todo processo investigativo. Cabe-nos, entretanto, o esforço no sentido de elaborar uma síntese historicamente datada e que representa apenas uma dentre outras possibilidades, com o fim de resgatar os objetivos da pesquisa, permitindo a identificação de contribuições para o campo, inclusive a partir da formulação de sugestões, outros questionamentos ou possibilidades de ampliação futura deste estudo.

Inicialmente estudar gênero em um assentamento organizado pelo MST associava-se quase que linearmente a presença de relações de gênero igualitárias naquele espaço. Era como se o engajamento no processo de luta pela terra e reforma agrária, com toda dose necessária de coragem, ousadia e determinação, possibilitasse a “produção contínua” de homens e mulheres mais abertos ao diálogo doméstico e à divisão de tarefas, por exemplo.

Ao vivenciar o cotidiano do assentamento, em meio a tantas dificuldades, foi possível observar situações de trabalho que não eram iguais para homens e mulheres. A organização do assentamento seguiu diretrizes estabelecidas pelo MST para coletivos. Esta ocorreu em torno das divisões político-organizativas, mas de forma singular foi se constituindo de acordo com as necessidades cotidianas do grupo. Discursos acerca de relações de gênero, produzidos pelo MST, circularam no assentamento quando da organização e divisão do trabalho. Os assentados buscaram nessa organização incluir a participação de homens e mulheres em todos os trabalhos do assentamento. Esse processo não foi tão simples assim, como pôde ser percebido na predominância de homens e de mulheres em alguns setores, o que revela o fato de que os discursos não se aplicam ao trabalho cotidiano de forma mecânica.

O contato com o assentamento indicou que, no espaço público as mulheres são muito independentes e assumem grande parte do processo de gestão da área, em funções anteriormente ocupadas pelos homens. No entanto, essa assunção por parte de mulheres de atividades de gestão no assentamento muitas vezes encobre atividades deixadas de lado por homens que se isentam dentro da própria área ou porque trabalham fora do assentamento. Nesse sentido, toda essa independência feminina resulta em acúmulo de atividades, sobrecarregando-as.

Mesmo assim, não podemos deixar de lado os perceptíveis avanços conquistados em busca de igualdade de gênero, sejam eles originários do processo de luta pela terra e/ou da assimilação das linhas políticas do MST, principalmente na titulação conjunta da terra pelo casal e as cotas para mulheres nas DPO's, mas, sobretudo, pela conquista de mulheres e homens que lutam contra qualquer tipo de desigualdade no dia a dia.

São muitas mudanças para pouco tempo. Com apenas oito anos de existência, não podemos afirmar que ocorreram transformações de relações de gênero, pois as contradições ainda estão muito presentes na área, contudo, entendemos que assentamentos são espaços privilegiados para o debate de relações de gênero.

O relato de uma assentada sintetiza bem o avanço no debate de gênero, mostrando que o processo de transformação para relações de gênero mais igualitárias ainda está em processo.

[Sobre a igualdade de gênero] a gente ainda não chegou ao ideal que o ideal é que a família toda participe o companheiro, a companheira, mas a gente tem muita dificuldade nessa construção ai, talvez, um pouco, seja a maneira como a gente foi criada no conservadorismo e às vezes impede que a gente consiga melhor organização (Assentada).

Referências

- ALENCAR, Edgar. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRYM, Robert et al. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thompson, 2006.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves et al. Produção científica sobre gênero nas organizações: Uma Meta-análise. In: **REAd**, n. 3, vol. 13, set./out. 2007.
- CAPPELLIN, Paola.; CASTRO, Elisa Guaraná. Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais. Algumas reflexões a partir de três estudos de casos. In: **Raízes**, n.15, p. 113-130, dez. 1997.
- CARNEIRO, Maria José. **Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **[Nota da CPT de Minas Gerais: Risco de massacre de Sem Terra no Sul de Minas](#)**. Belo Horizonte, CPT, 2009. Disponível em:<www.cptmg.org.br>. Acessado em: 01 jun. 2009.
- DEERE, Carmen Diana.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FERREIRA NETO, José Ambrósio.; DOULA, Sheila Maria. **Assentamentos rurais: mobilização, organização imaginário social**. Visconde do Rio Branco: UFV, 2003.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- HEREDIA, Beatriz. et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: COSTA, L. F. de C. A.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo Rural Brasileiro – Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad/EDUR, 2008.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo e Emancipador no Assentamento Santo Dias**. Lavras: INCUBACOOP/UFLA, 2007.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Porto Alegre: Artmed/UFGM, 1999.

LECHAT, Noëlle M. P. “Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas”. In: **Mulher, família e desenvolvimento rural**. PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). Santa Maria: UFSM, 1996.

LISBOA, Teresa Kleba. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento”. In: **Revista Gênero**, v. 2, p.131-149, 2002.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Cooperação: Trabalhando um processo de formação emancipadora – INCUBACCOP/UFLA**. Monografia de graduação. Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A reforma agrária necessária**. São Paulo: MST, 2006.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES/ CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E NATURAIS, 2001.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PAULILO, Maria Inês S. O Peso do Trabalho Leve. In: **Revista Ciência Hoje**. n. 5, p. 64-70, 1987.

PEREIRA, Jose Roberto; LITTLE, Paul Elliot. **Diagnóstico rápido participativo emancipador: a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: Embrapa, 2000.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REZENDE, Aline de Castro. **O processo educativo no assentamento Santo Dias – MST, sob olhar de uma assentada**. 2009. Monografia de graduação. Departamento de Agricultura, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Reminiscências, Releituras, Reconceituações. In: **Revista Estudos Feministas**, n. 0. p. 97-103, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **“Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST) em SC**. 2004. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1989.

SILVA, Romina Belloni. **Mulheres no Assentamento Santo Dias: entendendo as relações de trabalho no dia a dia da comunidade**. 2009. Monografia de graduação. Departamento de Engenharia Floresta, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: Aguiar, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-115.

SUÁREZ, Mireya. Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. In: **Encontro de intercâmbio de experiências do fundo de gênero no Brasil**. Projeto fundo para a equidade de gênero, 1999, Campinas. *Palestra...* Campinas: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Final de Assentamento do P.A. 1º do SUL**. Viçosa: UFV, 2002. Disponível em: <<http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs>>. Acessado em: 29 de Julho de 2009.

Artigo recebido para publicação em:

09 de abril de 2010.

Artigo aceito para publicação em:

18 de outubro de 2010.

Como citar este artigo:

MAGRINI, Pedro Rosas; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza; ALVES, Jacqueline Magalhães Alves; PEDRO, Isla Karla Azevedo; PROENÇA, Inês Carolina. As relações de gênero no processo político-organizativo em um assentamento organizado pelo MST no sul de Minas Gerais. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 2, p. 429-463, 2010.